

## **EXTENSÃO RURAL, ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E ESCOLA DO CAMPO: POSSIBILIDADES PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**WASHINGTON JOSE DE SOUZA**

**ROMOALDO MARROQUE TORRES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN

**DIEGO JOSÉ DO NASCIMENTO RABELO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN

**GUILHERME SMANIOTTO TRES**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA

### **Resumo**

Este artigo analisa a extensão rural na pós-graduação stricto sensu na área de Administração, explorando a aplicação de políticas públicas e a popularização da ciência em escolas do campo. A revisão de pesquisas e dissertações revela um foco limitado em temas relacionados à implementação e avaliação de políticas públicas na extensão rural. Destaca-se, em particular, a curricularização da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um tema pouco abordado na pesquisa em Administração, apesar de sua importância para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Os estudos revisados mostram uma diversidade de abordagens e temas relacionados à extensão rural e à agricultura familiar. Trabalhos como o de Guadagnin (1995) e Guedes (1996) discutem a comunicação e a transferência de tecnologia agropecuária, enquanto estudos mais recentes, como o de Santos (2023), examinam a importância da inovação e do suporte técnico para o sucesso da agricultura familiar em Montes Claros, MG. O quadro de estudos agrupados mostra um potencial significativo para a integração de tecnologias e inovações na extensão rural, destacando a necessidade de apoiar pequenos produtores e melhorar a eficácia das ações extensionistas. A análise revela que a extensão rural em Administração se concentra predominantemente na produção e no desenvolvimento local, com pouca ênfase na avaliação de políticas públicas ou no impacto das compras governamentais de alimentos, como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nesse contexto, o artigo destaca a tese de Santos (2020), que investiga a participação da agricultura familiar no PNAE, mas não aborda o consumo pelos estudantes, evidenciando uma lacuna importante na pesquisa. A pesquisa-ação descrita no artigo foca na curricularização da EAN em escolas do campo, ancorada na Lei nº 11.947/2009, que exige a inclusão de EAN nos currículos escolares. A metodologia adotada envolve a interação com escolas para promover a popularização da ciência e a inserção de conteúdos relacionados à alimentação e nutrição no currículo escolar. A pesquisa identificou um desconhecimento geral da Lei entre os docentes e observou a necessidade de desenvolver materiais didático-pedagógicos para cumprir os requisitos legais. A pesquisa-ação inclui a avaliação antropométrica dos alunos e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que integram diferentes áreas do conhecimento, como Nutrição, Administração e Ciências Ambientais. O artigo conclui que a curricularização da extensão no ensino superior, apoiada pelo PNAE, oferece oportunidades significativas para a integração de diferentes disciplinas e a promoção da popularização da ciência. A pesquisa-ação em escolas do campo demonstra o potencial de alinhamento entre sistemas de produção agropecuária e

o consumo de alimentos, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. Sugere-se que futuras pesquisas ampliem o foco para incluir a implementação e avaliação de políticas públicas na extensão rural e explorem outras iniciativas governamentais relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

**Palavras Chave**

Extensão Rural, Educação Alimentar e Nutricional, Programa Nacional de Alimentação Escolar

# **EXTENSÃO RURAL, ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E ESCOLA DO CAMPO: POSSIBILIDADES PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

## **INTRODUÇÃO**

A partir da sistematização de interesses da Ciência Administrativa na pesquisa em extensão rural no Brasil, assumimos o objetivo de expor possibilidades à curricularização da extensão no ensino superior à luz de experiência de popularização da ciência na curricularização da educação alimentar e educacional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Por um lado, revelamos, com base em inventário no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD/Capes), que escola do campo não aparece como organização de interesse na pesquisa em extensão rural no domínio da Ciência Administrativa, ao passo que a política pública de alimentação escolar tem presença circunscrita a pesquisas sobre sistemas de produção e acesso de agricultores familiares ao fornecimento de alimentos nos termos da Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009.

Além de determinar, no artigo 14, que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios dos sistemas locais de produção agropecuária e do empreendedor familiar rural da agricultura familiar, a referida Lei estabelece a inclusão da educação alimentar e nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem. Nas diretrizes do PNAE, o artigo 2º. II estabelece que a EAN deve constar no currículo escolar abordando o tema alimentação e nutrição para desenvolver práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (SAN). Tal requisito não tem tido, da Administração Pública, a mesma atenção que aquele relacionado ao percentual mínimo de 30% - e é essa a premissa que assumimos no presente texto.

Frente ao entendimento de que o sistema nacional de educação básica (beneficiário do PNAE) não curriculariza a EAN, nos termos das diretrizes da supracitada Lei, temos como objetivo *relatar resultado ação de extensão rural na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pela via da inclusão da educação alimentar e nutricional (EAN) no currículo escolar da educação básica, sinalizando possibilidades à curricularização da extensão em Administração em cumprimento à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.* Para tanto, apresentamos na sequência o trajeto adotado em revisão sistemática no descritor “extensão rural” na área de conhecimento de Administração, tomando como base o conjunto da pesquisa nacional registrada no Catálogo de Teses e Dissertação (CTD/Capes).

## **Procedimentos metodológicos**

Estão em pauta, na revisão que procedemos, interesses da Ciência Administrativa como qualidade, comportamento, marketing, operações e cadeia de suprimentos, potencial das tecnologias, pesquisa e inovação, desenvolvimento local, regional, territorial, além de estudos organizacionais e políticas públicas. Os dados gerais do levantamento estão sintetizados no quadro 1, derivados da catalogação dos documentos em planilha Excel, com informações sobre autoria, ano, localidade/instituição, título, resumo e palavras-chave de cada tese e dissertação retornada na busca no CTD. Estratificamos os documentos com base no art. 3º. da Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021 do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. O referido artigo reza sobre

competências gerais que o Curso de Graduação em Administração deve proporcionar aos egressos.

Quadro 1 – Levantamento da pesquisa nacional em “extensão rural”

PARÂMETROS ADOTADOS	ORIENTAÇÃO
Base de dados	Catálogo de Teses e Dissertações – CTD/CAPES
Descritor	"Extensão rural"
Área do conhecimento	Administração e Ciências Sociais Aplicadas
Levantamento Inicial	Agosto/2022
Atualização do levantamento	Abril/2024
Tipo de documentos	Dissertações e teses
Resultado Inicial	56 documentos
Descartados por não ter resumos disponíveis	6 documentos
Resultado Final	50 documentos

A revisão mostrou-se necessária como exercício prévio para, a partir de interesses da pesquisa nacional na pós-graduação *stricto sensu*, localizarmos o objeto do presente texto na Ciência Administrativa. A partir de tal exercício, constatamos o ineditismo de ação de extensão rural em andamento em um programa de pós-graduação em Administração, baseado no PNAE, que apresenta amplas possibilidades para a curricularização da extensão no ensino superior, com caráter multidisciplinar, conforme descrevemos adiante.

Tratamos aqui de pesquisa com abordagem descritiva, pois descreve características de população específica, no caso, pessoas do segmento da agricultura familiar, consumidoras e produtoras de alimentos no âmbito do PNAE. Para Gil (2008, p.27), o objetivo de tal tipo de pesquisa é descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Outra característica é o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de dada população – o que, no caso, aparece pelo estímulo à inovação no currículo escolar, orientada para a curricularização da EAN com base em diálogos com docentes da educação básica.

No conjunto, o resultado das duas pesquisas – levantamento bibliográfico em extensão rural e pesquisa-ação em escolas do campo – tem caráter quantitativo, no que se refere ao primeiro, e, qualitativa, pela ação que se desenvolve em escolas do campo. Na sistematização da pesquisa em extensão rural na área das Ciências Sociais Aplicadas, no CTD, não há registro de abordagem do tema extensão rural envolvendo produção e consumo de alimentos na implementação do PNAE, o que inclui a ausência de escolas como lócus (beneficiárias diretas do Programa). Constatamos, por esse caminho, que apenas duas pesquisas tem como pauta o PNAE:

1. Santos (2020) focaliza a participação da agricultura familiar no PNAE nos estados do Rio Grande do Norte e Minas Gerais. A pesquisa é composta por quatro artigos que analisam categorias analíticas e implicações teóricas e práticas relacionadas à inserção da agricultura familiar no PNAE. O estudo também explora dimensões de desenvolvimento territorial e os efeitos do programa na atuação de organizações da agricultura familiar. Sugestões para pesquisas futuras incluem ampliar o campo de estudo para outros territórios e métodos quantitativos.

2. Oliveira (2018) analisa os alcances e limites do PNAE em relação à educação de crianças e jovens e ao fortalecimento da agricultura familiar em Diamantina, MG. A pesquisa utiliza análise documental e levantamento bibliográfico para investigar associações com agricultores familiares que fornecem produtos ao PNAE. O estudo aborda atividades de educação alimentar com alunos das escolas municipais e sugere parcerias para capacitar professores sobre a temática da educação alimentar em sala de aula.

Juntos, os trabalhos destacam a importância do PNAE para a promoção de uma alimentação saudável nas escolas, bem como para o fortalecimento da agricultura familiar em diferentes regiões. Eles também enfatizam a necessidade de melhorias nos procedimentos de implementação do programa e de pesquisas futuras para abordar questões específicas em diferentes contextos. Porém, constatada a ausência de pesquisa em Administração integrando sistemas locais de produção e consumo de alimentos no PNAE, partimos para a etapa de pesquisa-ação em escolas do campo orientados pelo artigo 3º, que aborda, com diretriz, a necessidade de curricularização da EAN na educação básica.

Selecionamos três escolas de pequenos municípios em um estado do Nordeste atuando nos seguintes passos:

- Reunião com direção das escolas e respectiva secretaria municipal de educação para apresentar a proposta e informá-los sobre a necessidade de curricularização da EAN como requisito do PNAE;
- Reunião com os docentes de cada unidade para socializar a proposta e estimular iniciativas de EAN como tema transversal em sala de aula;
- Apresentação do marco legal de curricularização da EAN com base na Lei nº 11.947/2009 e resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE;
- Avaliação antropométrica das turmas por estudantes de Nutrição, como meio para inclusão em sala de aula de temas como qualidade nutritiva dos alimentos, hábitos alimentares, disponibilidade local de alimentos e segurança alimentar e nutricional (SAN);
- Reflexão coletiva sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para coprodução de material didático-pedagógico em EAN como tema transversal.

Trata-se de pesquisa-ação, que pressupõe, além da participação, alguma forma de ação planejada de caráter social, técnico e educacional (Thiollent, 2005). Desse modo, deve-se levar em consideração, sobretudo, a realidade e o contexto a partir de uma fase preliminar de diagnóstico (pesquisa) com a finalidade de nivelar conhecimento em torno da situação. A abordagem coletiva, para qualificar a ação socioproductiva, objetiva identificar possibilidades econômicas, sociais, políticas e culturais, procedimento que requer observação e intervenções em campo.

A pesquisa-ação avançou para a concepção de tecnologias sociais e educacionais integrando produção e consumo de alimentos, incluindo o fomento a mostras de ciências e feiras da agricultura nas escolas. Envolve, assim, tanto o sistema educacional quanto o setor produtivo da agricultura familiar. Trata-se de encontro entre sistemas de produção e de consumo efetivado a partir de comunidades rurais com reflexos em políticas públicas municipais de saúde, educação, assistência social, meio-ambiente e agricultura – e aqui reside o caráter multidisciplinar do projeto em andamento, que adiante abordamos em termos de resultados e preliminares e possibilidades de curricularização da extensão no ensino superior.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A análise dos dados revela uma integração significativa entre a extensão rural e a Administração, mas também evidencia lacunas importantes:

### **1. Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos**

A pesquisa nesta área inclui estudos sobre a organização da produção agropecuária, a integração com o setor urbano-industrial e a importância dos programas de assistência técnica. A pesquisa de Dantas (2022) sobre o Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) destaca como esse programa influencia a renda de propriedades rurais produtoras de leite no Espírito Santo. A pesquisa de Oliveira (1998) também contribui para a compreensão dos desafios enfrentados por pequenos produtores.

### **2. Políticas Públicas**

Este agrupamento explora a implementação de programas como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Santos (2020) fornece uma visão detalhada sobre a participação da agricultura familiar em programas governamentais e suas implicações para o desenvolvimento rural. Ferreira (2023) analisa o Plano Mais IDH e o PRONAF, oferecendo uma perspectiva crítica sobre a eficácia dessas políticas.

### **3. Comunicação, Tecnologia e Inovação**

Os estudos nesta área focam na importância da comunicação e da inovação tecnológica para a extensão rural. Guadagnin (1995) destaca como a comunicação é essencial para o desenvolvimento agrícola, enquanto estudos da UFRPE mostram como a colaboração entre pesquisa e extensão pode gerar resultados positivos para o setor (Ferreira, 2010).

### **4. Desenvolvimento Local e Regional**

A organização de redes produtivas e o acesso ao crédito rural são temas centrais neste agrupamento. Ribeiro (1996) e Bezerra (2023) destacam como redes de unidades produtivas e crédito rural podem impactar positivamente o desenvolvimento territorial. Esses estudos demonstram a importância de estratégias locais para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção de um desenvolvimento sustentável.

### **5. Extensão Rural em Administração**

A pesquisa-ação em extensão rural destaca a importância da popularização da ciência e da tecnologia em escolas do campo. A experiência de curricularização da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas, conforme a Lei nº 11.947/2009, evidencia a necessidade de integrar conteúdos de EAN no currículo escolar (Tomas, 2010). A pesquisa-ação inclui a avaliação antropométrica dos alunos e o desenvolvimento de recursos didático-pedagógicos para cumprir a legislação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das pesquisas indica que há um avanço significativo na integração entre a extensão rural e a Administração, mas também revela lacunas importantes. As principais lacunas incluem a ênfase limitada em políticas públicas e o foco predominante em assistência técnica para pequenos produtores. A popularização da ciência, particularmente em contextos escolares, oferece uma oportunidade para a extensão rural se alinhar mais estreitamente com a prática e a política pública (Santos, 2023).

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA, J. C. A. Efeitos do crédito rural sobre a pobreza multidimensional no Brasil rural. UFRRJ, 2023.
- BOAS, S. Organização da produção agropecuária e integração ao setor urbano-industrial: um estudo de caso. UFLA, 1992.
- DANTAS, M. Efeito do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) na renda de propriedades rurais produtoras de leite no Espírito Santo. UFES, 2022.
- FERREIRA, M. A. Relação entre informação e inovação no meio rural: um estudo sobre mandiocultura em Vitória de Santo Antão/PE. UFRPE, 2010.
- FERREIRA, M. A. O Plano Mais IDH no município de São Francisco do Maranhão: resultados do Programa Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no período de 2015 a 2021. UFMA, 2023.
- GUADAGNIN, R. Comunicação como fundamento básico no desenvolvimento de ações em administração rural pela extensão e pesquisa agropecuária - um estudo do caso junto aos grupos de gestão agrícola em Santa Catarina. UFLA, 1995.
- GUEDES, J. L. Transferência de tecnologia agropecuária: difícil dilema da formação extensionista. FGV/RJ, 1996.
- MARQUES, A. L. A sustentabilidade de unidades de produção familiares nos assentamentos de reforma agrária do sertão pernambucano. UFRPE, 2012.
- OLIVEIRA, R. M. Marketing: rompendo os limites da extensão rural. UFVJM, 1998.
- RIBEIRO, J. C. Estudo de alternativas para o desenvolvimento regional de quatro municípios da serra do sudeste do Rio Grande do Sul. UFLA, 1996.
- SALGADO, R. A. Análise expandida da atuação dos burocratas de nível de rua na implementação do programa de aquisição de alimentos em universidades federais. UFRN, 2020.
- SANTOS, P. T. Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pela agricultura familiar: quadro teórico-analítico e evidências empíricas em territórios rurais. UFRN, 2020.
- SANTOS, R. M. Agricultura Familiar e ATER: o caso da hortifruticultura nas Comunidades do Taquaril e da Região do Pentáurea em Montes Claros-MG. UFMG, 2023.
- TOMAS, R. M. As instituições informais no processo de planejamento estratégico para agricultura de base familiar. UFMS, 2010.